Assembleia Geral da Delegação de Coimbra

Ata da Reunião de 5 de Março de 2022

Aos cinco dias do mês de Março de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Geral da Delegação da ACAPO de Coimbra, através da plataforma Zoom, nos termos da convocatória que se anexa. Não estando presente às catorze horas o número de associados previsto legal e regulamentarmente, os trabalhos foram suspensos, tendo sido retomados pelas catorze horas e trinta minutos com os associados presentes. Dando início aos trabalhos, Rosa Esteves começou por referir a constituição da Mesa da Assembleia para esta reunião, sendo ela a presidente e tendo como primeira secretária Graça Gerardo e segunda secretária Helena Fonseca. Referiu de seguida a presença de Diogo Costa -, na qualidade de membro da Direção Nacional da ACAPO (adiante designada por DN), responsável pela coordenação da Delegação de Coimbra - e de João Lourenço – na qualidade de tesoureiro da DN. Esteve também presente Ana Silva –na qualidade de secretária do Conselho Fiscal e de Jurisdição (adiante designado por CFJ) – que informou estar em substituição do presidente, Pedro Oliveira, em virtude de este não poder comparecer. Em seguida e, verificada a regularização quanto à sua quotização, foram lidos os nomes dos associados presentes, num total de 5 – incluindo a presidente da Mesa –, cuja lista se anexa a esta ata.

Passou-se então à discussão e votação da ata da reunião anterior da Assembleia Geral da Delegação de Coimbra e, não havendo nenhuma inscrição para discussão da mesma, a presidente da Mesa colocou-a à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Entretanto, foi registada a presença na reunião da associada Teresa Duarte.

De seguida, foi colocada à apreciação da Assembleia a Ordem de Trabalhos. Não tendo havido qualquer inscrição para a sua discussão, a presidente da Mesa colocou-a à votação, tendo sido também aprovada por unanimidade.

A presidente da Mesa deu início ao período da ordem do dia com a discussão do ponto 1 da ordem de trabalhos. Havendo associados que se manifestaram nesse sentido, começou por proceder-se à leitura do Parecer do Conselho Fiscal e de Jurisdição. Em seguida, deu a palavra ao coordenador operacional da Delegação, Diogo Costa. Este, começou por recordar que o facto de esta Delegação estar a ser gerida à distância por um coordenador operacional que, simultaneamente, é membro da DN, se torna num desafio e coloca vários constrangimentos. Lembrou que nos primeiros 5 meses de 2021 foi possível contar com a colaboração do associado José Caseiro enquanto coordenador operacional e a quem agradeceu todo o trabalho realizado e disponibilidade manifestada. Após este período, a Delegação passou a ser gerida por si, para o que adotou uma estratégia baseada na confiança para com os colaboradores e na sua responsabilização. A este propósito, expressou o seu agradecimento aos colaboradores, reconhecendo, por um lado, que nem sempre lhe era possível responder atempadamente às questões por eles colocadas, mas também que eles têm revelado um crescimento muito importante na forma como resolvem as situações, cumprindo, em geral, os objetivos e os prazos estabelecidos. No final de 2021, foi implementada em regime experimental a avaliação de desempenho dos colaboradores, que foi algo de difícil, mas que permitiu a preparação para a próxima implementação, agora já em termos efetivos. A Delegação de Coimbra também deu o seu contributo para o desenvolvimento da gestão da qualidade na ACAPO e recebeu também a auditoria EQUASS, sendo uma das Delegações abrangidas pelo Certificado de Qualidade. Ao nível dos recursos humanos, registaram-se também alterações, com a saída da terapeuta ocupacional que já foi substituída através de mobilidade interna, bem como com a saída do técnico de orientação e mobilidade, que também deveria ser substituído em breve. Seguindo as orientações da DN, a Delegação de Coimbra adaptou-se à situação da COVID-19, nunca deixando de prestar o apoio necessário aos associados e aos utentes. Foram feitas 2 ações de sensibilização na Junta de Freguesia de Coimbra. Foram recebidos Equipamentos de Proteção Individual da empresa Medika. Foi recebida uma impressora Braille do IPDJ (Instituto Português da Juventude) de Coimbra. No âmbito do projeto My Polis, recebemos um computador portátil que será útil na formação para a comunidade; foram ainda recebidas 100 vendas e folhetos de divulgação dos serviços da ACAPO, que podem também ser úteis na divulgação junto da comunidade. Conforme referido pelo CFJ, foi aumentado o número de parcerias, tendo-se mantido as parcerias já existentes e mostrando-se os parceiros satisfeitos com a ACAPO. Um dado surpreendente, é o número de 40 notícias sobre a Delegação, sendo que a meta era de 10. Foi também superada a meta quanto ao número de reportes da Delegação para as publicações internas da ACAPO, assim como quanto ao número de atividades em articulação com a comunidade. O resultado ao nível dos associados cooperantes fica aquém do planeado, mas isso fica também a dever-se ao facto de não haver um dirigente que possa fazer uma gestão de proximidade. No que se refere aos colaboradores, é com agrado que se constata um aumento do número de horas de formação. Ainda ao nível dos recursos humanos, foi realizada uma reunião para fazer um ponto de situação geral da Delegação. Também se registou uma taxa de 100% quanto à implementação das sugestões dos colaboradores, tendo-se registado uma, que se refere à criação de uma caixa de sugestões. Infelizmente, ficámos aquém da meta no que diz respeito à taxa de associados com quotas em dia, que era de 55% e só atingimos 31%. Quanto ao nº de novos associados, estava prevista uma meta de 10 e conseguimos 2. Quanto aos proveitos de iniciativas e dinâmicas locais, também ficámos aquém da meta e, mais uma vez, a presença de um dirigente localmente é muito importante. Quanto às atividades associativas, das 11 previstas conseguimos realizar 6, o que não consideramos mau face à situação pandémica que vivenciámos. Quanto à Conta de Gerência, estava previsto um saldo negativo de aproximadamente 21 mil euro e conseguimos um saldo negativo de aproximadamente 11 mil euro. Se se fizer uma comparação, verifica-se que existem no Orçamento contas que já não existem no Relatório de Contas, porque passaram a ser atribuídas à DN, como é o caso das contas relativas à Formação Profissional. Quanto ao bar, corresponde à única conta com saldo positivo, mas em que o resultado ficou muito condicionado pela situação pandémica.

Foi, de seguida, aberto um período de intervenções dos associados para discussão do Relatório e da Conta de Gerência.

A presidente da Mesa começou por dar a palavra ao associado José Moreira, que considerou que o parecer do CFJ estava bem feito e deu os parabéns à DN pelo trabalho realizado, tendo em conta as condições em que ele foi desenvolvido e as dificuldades já referidas pelo coordenador operacional.

Tendo sido aberto um segundo período para intervenções dos associados e, não tendo havido nenhum inscrito, usou de novo da palavra o coordenador operacional da Delegação, que salientou de novo que, embora ficassem aquém das expetativas, os resultados conseguidos corresponderam ao que foi possível, tendo em conta que estava a fazer uma gestão à distância.

O tesoureiro da DN, João Lourenço, usou da palavra para salientar que a última Conta de Gerência apresentava um saldo negativo de aproximadamente 19 mil euro e, a que estava agora para votação apresentava um saldo negativo que não chegava aos 12 mil euro. Embora fosse ainda um saldo negativo, representava uma evolução positiva. Agradeceu ainda as palavras do associado José Moreira e felicitou o colega Diogo Costa pelos resultados alcançados.

Usou também da palavra a secretária do CFJ, que agradeceu as palavras do associado José Moreira.

De seguida, passou-se à votação de cada um dos documentos, (Relatório de Atividades e Conta de Gerência da Delegação relativos a dois mil e vinte e um, bem como o Parecer do CFJ sobre aqueles documentos) tendo sido todos aprovados por unanimidade, com seis votos favoráveis.

Passou-se então ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, para o que a presidente da Mesa começou por dar a palavra ao coordenador da Delegação, que iniciou a sua intervenção recordando a questão suscitada pelo associado José Caseiro na última AGD, que tinha dado conta que a sua votação favorável do Plano para 2022 estaria condicionada à inclusão da comemoração do trigésimo aniversário da Delegação. Assim e, sendo esta uma atividade que a DN pretende concretizar, a mesma foi referida no Programa de Ação, mais propriamente na sua Introdução. É de notar que o Programa de Ação é um documento que abrange toda a ACAPO e não apenas a atividade específica sob responsabilidade da DN. foram feitos contactos com os SMTUC (Serviços Municipais de Utentes dos Transportes de Coimbra) tendo em vista a realização de uma reunião e o seu agendamento estava apenas dependente, neste momento, da ACAPO, visto que, por motivos profissionais, era necessário compatibilizar este agendamento com a marcação de férias. Dos contactos já efetuados, percebeu-se existir sensibilidade para as questões que estavam neste momento identificadas.

A presidente da Mesa abriu um primeiro período de inscrições, tendo começado por usar da palavra a associada Inês Morais, que quis obter ajuda para uma situação pessoal relacionada com a documentação solicitada pelos SMTUC para usufruir do passe de 12 euro anuais; em face da exposição feita, foi aconselhada a clarificar junto dos SMTUC a designação exata dos documentos solicitados e a deslocar-se ao Balcão da Inclusão para melhor resolução da situação. De seguida, usou da palavra a secretária da Mesa da Assembleia, Graça Gerardo, que informou que se iria realizar a 26 de Março a Assembleia de Representantes, à qual podia assistir qualquer associado, desde que solicitassem o link de acesso, devendo, para isso, enviar um mail para a Mesa da Assembleia de Representantes. A este propósito, a associada Inês Morais quis ser esclarecida sobre os direitos dos associados com isenção do pagamento de quotas. Graça Gerardo, esclareceu que a isenção de quotas não prejudicava os direitos dos associados; no entanto, no início das Assembleias era verificada a Base de Dados para conferir se os presentes tinham as suas quotas regularizadas e, caso a informação não estivesse atualizada, podiam acontecer situações como a que se verificou no início desta Assembleia, mas que foi prontamente resolvida. Graça Gerardo clarificou ainda que, quanto à Assembleia de Representantes, os associados podiam assistir, mas não podiam usar da palavra nem votar. Apenas os Representantes podiam votar e usar da palavra, tal como os membros dos órgãos associativos.

Usou da palavra, de seguida, o associado José Moreira que, a propósito da reunião com os SMTUC anunciada por Diogo Costa, quis esclarecer que o serviço de anúncio das paragens por voz está ativo mas que ele só funciona se o motorista o colocar em funcionamento; isto acontece porque, pelo que sabe, ao longo do tempo foram acrescentados novos serviços e o sistema existente não consegue que todos eles funcionem ao mesmo tempo, pelo que os motoristas têm que desligar alguns. Quanto à questão das infiltrações de água referidas na ata da última AGD e no Relatório de Atividades, lembrou que a entrada de água nas instalações da Delegação ficou resolvido e só continua a verificar-se nas garagens porque as escadas não levaram ainda tela. Assim e, tendo em conta a inclinação da rampa, a água desloca-se para o terraço por baixo da tela e a partir daí chega às garagens; então, a sua opinião é que a primeira abordagem a fazer agora deve ser a de impermeabilizar as escadas, sendo que esta é uma obra da responsabilidade do condomínio e não da ACAPO isoladamente.

Diogo Costa agradeceu todos os contributos dos associados a respeito da questão das infiltrações, os quais seriam levados em consideração. No entanto, a DN pretende também fundamentar a sua atuação num estudo da situação; por outro lado, há que levar em consideração que estão sempre em causa custos muito elevados e para os quais será necessário encontrar o devido financiamento, o que não tem sido fácil visto que, em regra, os projetos de financiamento não contemplam obras em espaços que não sejam da instituição; ora, o terraço não é da ACAPO, embora a Instituição tenha o seu usufruto. Quanto ao anúncio das paragens nos autocarros, a postura da ACAPO deve ser a que está prevista na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e que não é, nem o serviço não funcionar nem o serviço ser ligado apenas quando uma pessoa com deficiência entra no autocarro, ou seja, o serviço tem que estar sempre em funcionamento. Outro ponto a focar na reunião, seria a possibilidade de o motorista parar na paragem sem necessidade de que seja feita a sinalética para mandar parar, caso ele veja que aí se encontra uma pessoa com bengala ou com cão-guia, embora deva reconhecer-se que esta solução não atende às pessoas com baixa visão. Por outro lado, também se pretende que o anúncio do autocarro seja feito de forma automática pelo sistema.

A associada Luísa Estêvão usou da palavra para questionar sobre as restrições quanto à frequência das instalações, tendo em conta as informações anteriormente recebidas relativamente a este assunto, Diogo Costa esclareceu que, ao longo do tempo, têm sido emitidas diversas Diretivas que vão atualizando os procedimentos a adotar na ACAPO, de acordo com a legislação, bem como com as orientações publicadas. Neste seguimento, de momento não existem limitações à entrada nas instalações da ACAPO, não sendo necessário que os associados tenham uma marcação para que possam aí permanecer; no entanto, mantinha-se a obrigatoriedade quanto ao uso da máscara e, neste aspeto, a DN considerava que deviam ser usadas as máscaras cirúrgicas ou as designadas de FFP2.

A presidente da Mesa abriu uma segunda ronda de inscrições para intervir neste ponto, tendo usado da palavra a associada Guida Álvaro, que quis obter esclarecimentos sobre a razão de ser de as assembleias continuarem a realizar-se via Zoom, sobre a possibilidade de a Delegação estar mais ligada ao desporto, sobre a divulgação de um evento sobre o Braille que surgiu no jornal Notícias de Coimbra e sobre o facto de a atividade festa de carnaval ter sido marcada para uma altura em que decorre o ensaio da atividade “A meu ver”. Quanto à opção pela realização da AGD via Zoom, a secretária da Mesa, Graça Gerardo, esclareceu que esta foi uma decisão que teve que ser tomada acerca de 1 mês, altura em que ainda estavam em vigor medidas mais restritivas. Por outro lado, a MAR tinha a seu cargo a realização de quatro Assembleias Gerais de Delegação, o que dificulta ou mesmo impossibilita a sua realização presencial num curto espaço de tempo. Além disso, a realização através da plataforma Zoom, tornava-se mais cómoda para todos, incluindo os associados, a MAR e os membros dos outros órgãos presentes, favorecendo a conciliação desta responsabilidade com a vida familiar. Acrescia ainda o facto de esta opção em nada prejudicar a auscultação das questões dos associados; no entanto, seria bom que os associados se organizassem e se propusessem a constituírem uma MAGD. A presidente da Mesa da AGD, Rosa Esteves, salientou que apenas uma das doze AGD’s realizadas teve lugar presencialmente. Por outro lado, apesar de alguns associados colocarem esta questão, até agora ainda não foi afirmada qualquer desvantagem em relação à opção pela realização das AGD’s à distância. Além disso, esta é uma solução que reduzia os custos para a ACAPO e era também uma solução que facilitava o processo de gravação das AGD’s, dando total autonomia às pessoas com deficiência visual para gerir este processo, não sendo necessários recursos técnicos acrescidos. Finalmente, não se conheciam situações em que as pessoas que o desejassem estivessem impedidas de participar, até porque a ACAPO utiliza a plataforma Zoom que permite o acesso através do telefone, incluindo o telefone fixo. A este propósito, a segunda secretária da Mesa, Helena Fonseca, acrescentou que o recurso a plataformas de reunião à distância era uma realidade e tenderia a ser uma normalidade.

De seguida, usou da palavra Diogo Costa, que esclareceu não ter recebido qualquer informação sobre a atividade relacionada com o Braille. Relativamente ao desporto, era um tema em que sentia ainda algumas dificuldades de abordagem e que merecia ainda alguma reflexão no sentido de perceber de que modo é que a Delegação poderia ligar-se a clubes. Quanto à data da festa de carnaval, na altura em que foi definida a data, ainda não tinha sido feita a comunicação aos colaboradores relativamente à tolerância de ponto no dia 28 de fevereiro. Por outro lado, fazer a festa de carnaval no sábado, iria interferir com um fim de semana prolongado, ao qual considerava que os colaboradores tinham direito. Quanto à possibilidade de fazer a festa de carnaval para não colidir com o ensaio, lembrou que já em outro momento foram realizadas 2 atividades no mesmo dia e isso foi alvo de críticas.

A associada Guida Álvaro usou de novo da palavra para lembrar a questão suscitada na AGD anterior relativa à divulgação das atividades através do WhatsApp. O coordenador operacional da Delegação esclareceu que esta solução não deveria ser adotada, visto ser suscetível de gerar situações diferentes daquilo que se pretendia, nomeadamente no que se referia à discussão dos temas divulgados. Essa discussão devia ser mantida em contextos como as assembleias. Então, a divulgação deveria ser feita de uma forma diferente, não recorrendo a grupos.

A associada Guida Álvaro esclareceu que estava a falar do recurso ao WhatsApp para o contacto individual. Diogo Costa referiu que, nessa perspetiva, poderia ser admissível. A inovação era sempre algo que se pretendia e, por exemplo, o pagamento de quotas por MBWay era um desses exemplos.

Entretanto, a presidente da Mesa ausentou-se temporariamente, período no qual Graça Gerardo conduziu os trabalhos, dando a palavra à associada Luísa Estêvão que esclareceu que já utilizou o WhatsApp para comunicar com a Delegação e não teve qualquer problema com isso.

Rosa Esteves retomou a condução dos trabalhos e, não havendo mais associados inscritos, deu a palavra à DN para algum comentário final, tendo Diogo Costa agradecido os contributos de todos.

Não havendo qualquer outro assunto a tratar, Rosa Esteves deu a reunião por encerrada quando eram dezasseis horas e trinta minutos, sendo dela elaborada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada nos termos da Lei, pela Mesa que conduziu esta reunião.

Presidente: Rosa Maria Ferreira Esteves

Primeira Secretária: Graça Maria Martins de Brito Gerardo

Segunda Secretária: Maria Helena Fonseca